

# Cadernos de Geografia



Nº 38 - 2018

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

# Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa

## Geography of religion in Portugal: minorities and religious diversity

### Margarida Franca

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território/ Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia/ CEGOT  
3004-530, Coimbra, Portugal  
CITER - Centro de Estudos de Teologia e Estudos da Religião/ Universidade Católica Portuguesa  
margfranca@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3892-6170>

### João Luís J. Fernandes

CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/ Universidade de Coimbra  
CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território/ Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia  
3004-530, Coimbra, Portugal  
jfernandes@fl.uc.pt  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-631x>

### Fernanda Cravidão

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia  
3004-530, Coimbra, Portugal  
cravidao@fl.uc.pt  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4993-1864>

## Resumo:

O estudo geográfico dos grupos religiosos minoritários em Portugal assume particular importância na atualidade, período no qual o país consolida a imagem de uma sociedade pós-moderna, cada vez mais aberta, híbrida e plural, mas também fragmentada. As alterações ocorridas no território nacional, sobretudo após o 25 de abril de 1974 e a integração de Portugal na União Europeia a 1 de janeiro de 1986, com as consequentes alterações em muitos setores da sociedade, mostraram um país mais diverso e multicultural, fruto de uma sociedade mais permeável no domínio interno, dotada de maior liberdade de expressão, associação e manifestação. Neste contexto, ocorreu uma maior abertura a outras identidades e culturas, assim como à partilha de valores, comportamentos, atitudes e crenças religiosas. Nos nossos dias, a problemática da(s) espacialidade(s) da religião é igualmente importante quando se pretende entender, de forma mais abrangente, as questões estruturantes da sociedade portuguesa, sendo evidente a integração de Portugal nos grandes ciclos ou movimentos migratórios do século XXI.

**Palavras-chave:** geografia cultural, grupos religiosos minoritários, multiculturalidade, interculturalidade

## Abstract:

The geographic study of minority religious groups in Portugal is of particular importance today, a period in which the country consolidates the image of a postmodern society, increasingly open, hybrid and plural, but also fragmented. The changes that took place in the national territory, especially after the Revolution of the 25th of April 1974 and the integration of Portugal into the European Union on the 1st of January 1986, with the consequent changes on the structures and in many sectors of society, showed a more diverse and multicultural country, result of a more permeable internal society, endowed of a wider freedom of expression, association and manifestation. In this context, the country became more open to other identities and cultures, as well as the sharing of values, behaviors, attitudes and religious beliefs. Nowadays, the problematic of spatiality(ies) of religion is equally important when it is intended to understand, in a more comprehensive way, the structuring questions of Portuguese society, being evident the integration of Portugal in the great cycles or migratory movements of the 21st century.

**Keywords:** cultural geography, minority religious groups, multiculturalism, interculturality

## 1. Introdução: como descrever a identidade religiosa Contemporânea: o “regresso da religião” ou “fim da religião”?

A desconstrução das estruturas fundamentais da sociedade portuguesa, no decorrer dos séculos XX e XXI, permitiu repensar os conceitos geográficos fundamentais de espaço, lugar, território, identidade e comunidade. No campo da geografia cultural, a temática da religião torna-se central na análise destas mudanças, contribuindo para melhor entender a alteração dos comportamentos, das identidades religiosas, dos valores e estilos de vida, mas também das interações espaciais, fluxos, mobilidades, territórios-rede que sustentam a interação entre os indivíduos e as comunidades.

Não estando institucionalizada a disciplina da geografia da religião nas universidades portuguesas<sup>1</sup>, importa que, aos poucos, esta área científica dê o seu contributo na análise espacial, social e cultural, da evolução e distribuição das identidades religiosas, mas também dos modos de vida da população portuguesa,

Na contemporaneidade, no campo das identidades religiosas assiste-se a dois movimentos aparentemente antagónicos, mas complementares: o “regresso da religião” e “o fim da religião”.

O primeiro diz respeito ao “regresso” da religião à agenda social e identitária, estando presente, segundo modalidades diversas, na construção do espaço público que se revela no contexto das múltiplas modernidades (Teixeira, 2012b, p.7). No contexto de uma sociedade liberal, individualista, secular e laica (Vilça, 2006), emergência da religião pode traduzir uma procura de confiança, proteção e segurança ontológica capazes de colmatar o sentimento de risco e de vulnerabilidade que a contemporaneidade (líquida e fluída) pôs a descoberto (Bauman, 2001; Giddens, 1991). A religião continua a ter um peso simbólico e a marcar, nos mais diversos domínios, o quotidiano da população.

A população católica portuguesa retoma os valores percentuais registados nos censos de 1981 e torna Portugal um dos países, à escala global, com a mais baixa taxa de diversidade religiosa (Pew Research Center, 2014). Em 2011, Portugal registou uma percentagem de população católica de 81%

(INE2). Entre os 308 concelhos portugueses, 223 superam esta percentagem nacional e 128 ultrapassam os 90% de população católica. Embora com importantes diferenças regionais, o catolicismo mantém-se como a religião maioritária persistindo.

Os rituais e os processos litúrgicos que a religião católica promove em todo o território nacional, como as visitas dos Papas João Paulo II (1982 e 1991), Bento XVI (2010) e Francisco (2017), as celebrações anuais do 13 de maio ou de outubro no Santuário de Fátima, as peregrinações aos Santuários de Fátima, de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus do Monte, em Braga, e de Nossa Senhora da Penha, em Guimarães, entre outras, continuam a marcar o calendário e a preservar a memória religiosa dos portugueses. A estes rituais acrescem os que fazem parte, de forma efetiva, do calendário católico, como as celebrações do Natal, da Páscoa, do Corpo de Deus, de Nossa Senhora da Conceição, do dia de Todos os Santos, entre outros.

Estas festas religiosas são vividas de forma particular pela população católica portuguesa que adere, entre outros acontecimentos, a vários rituais e práticas religiosas: celebrações eucarísticas, procissões, vias sacras ou visitas pascais, mostrando uma atitude e um comportamento reveladores da valorização social das práticas católicas e da afirmação ideológica que essas pressupõem. Em muitos destes eventos ocorre a conjugação de diferentes motivações, desde as estritamente religiosas às turísticas, de lazer ou tradicional familiar ou local. Os espaços onde estas práticas acontecem tornam-se, na maioria das vezes, lugares de pertença, memória e identidade, formando uma rede densa, com diferentes escalas, de lugares ou de territórios religiosos.

Isto demonstra que existe em Portugal uma religiosidade enraizada, relacionada com as práticas e com os comportamentos dos portugueses, com raízes no legado histórico, geográfico e até político do país. Mesmo em alguns contextos urbanos, é frequente a existência de comunidades católicas fechadas e enraizadas nas respetivas paróquias de residência. As práticas religiosas são convencionais, reconhecidas pela sua regularidade e obrigação no cumprimento dos rituais e sacramentos, subsistindo os laços interpessoais muito fortes com o pároco e com os membros da mesma comunidade (Franca, 2016).

<sup>1</sup> Apesar da disciplina ainda não estar integrada nos planos curriculares das Universidades Portuguesas, existem alguns Centros de Investigação que têm procurado integrar investigadores de diferentes áreas científicas, dos quais alguns geógrafos. Destaca-se o Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (CITER), criado em 2017 pela Universidade Católica Portuguesa.

<sup>2</sup> Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População; V Recenseamento Geral da Habitação 2011, resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Em Portugal, A Igreja Católica apresenta uma realidade mais unitária, tradicional e organizada do que as minorias religiosas, em particular as protestantes. A organização eclesial tem-se mantido forte e estruturada, resistindo à emergência de novos valores culturais, procurando adaptar-se às transformações da sociedade portuguesa. Apesar de algumas discrepâncias, começam a ser comuns as comunidades mais abertas e cosmopolitas, estruturadas a partir de uma rede densa de territórios de pertença e de lugares sagrados materiais e imateriais, onde se inclui o ciberespaço, redes sociais incluídas (Franca, 2016). As comunidades católicas da contemporaneidade são multiterritoriais, multitemporais e transterritoriais (Teixeira, 2017).

O segundo movimento contemporâneo aponta para o “fim da religião”, ou fim de um certo contexto religioso, mais tradicional, assinalado pela diminuição da população católica praticante e comungante (CEP3), bem como pelo desinteresse pela textura interna do campo religioso, pelos rituais e pelas práticas católicas, em particular as coletivas. É exemplo disso o decréscimo do número de católicos praticantes na missa dominical (CEP), o decréscimo do número de casamentos celebrados pela Igreja Católica e a superação dos casamentos civis ou, de forma indireta, a diminuição do número de filhos por casal, a diminuição da dimensão média das famílias e a alteração da estrutura familiar da sociedade portuguesa, em parte pelo aumento do número de divórcios e pelo aumento das famílias recompostas ou para a monoparentalidade (INE).

Nesta perspetiva, estamos perante o fim de um modelo de práticas religiosas mais institucionalizadas, reguladas e intermediadas pela Igreja Católica, por sua vez compensadas pelo aparecimento de novas práticas e identidades religiosas, novos processos de identificação, novos movimentos religiosos e novos lugares sagrados.

No campo das identidades religiosas (complexas, múltiplas e híbridas), as mudanças ocorridas no nosso país, em particular a partir da segunda metade do século XX, coincidem com um conjunto de alterações demográficas, mas também com as transformações económicas, políticas, sociais e culturais que resultaram da abertura de Portugal a outras realidades. Desde o início das transmissões televisivas (1957); à adesão à EFTA (1960); ao surto emigratório para a Europa (1960-1973); à eclosão da guerra colonial (1961-1974) e ao novo contexto democrático após o

25 de abril de 1974; à emergência de Portugal como destino turístico, sobretudo a partir dos anos 60; à modernização económica, cultural e social do período marcelista (1969-1973); à entrada na Comunidade Económica Europeia (1986), Portugal e a sociedade portuguesa conheceram uma intensa alteração de valores, atitudes e comportamentos não conciliáveis com os padrões antigos (Ferrão, 2005, pp. 54-55). Acresce a estes cenários de mudança, a questão dos movimentos migratórios que contribuem para a diversidade de cultural e de crenças religiosas, em particular a partir dos anos 80, com a chegada de população nascida no Brasil, Cabo Verde, Reino Unido e, mais recentemente, na Ásia e nos Países de Leste.

Está em causa a perda de hegemonia da Igreja Católica como religião maioritária e o alargamento do espectro religioso dos portugueses, mostrando uma identidade religiosa mais fragmentada, diversificada e plural. Verifica-se, de forma paradoxal, a erosão de certas práticas e representações da Igreja Católica, uma vez que, de geração para geração, ocorre um maior distanciamento de alguns rituais e a progressiva ausência de uma educação ou sociabilização religiosa que reforcem a familiarização com a doutrina católica. Multiplicam-se os movimentos religiosos e as divergentes maneiras de viver a religião, muito mais particularizada e íntima e menos focada nas experiências coletivas vinculadas a uma só conduta religiosa. É valorizada a vivência individual da religião, sendo esta mudança acompanhada pela substituição, na contemporaneidade das fontes tradicionais de identidade como a nação, a família patriarcal e a própria religião por um maior grau de negociação, e liberdade de escolha, nos estilos de vida dos indivíduos (Hall, 2005; Martin, 2005).

Este contexto representa, por um lado, a mudança da sociedade portuguesa, cada vez mais liberal, individualista e narcisista e, por outro, uma maior abertura espiritual e religiosa, onde proliferam outras crenças e práticas, mostrando uma religiosidade de natureza heterodoxa, sincrética e pessoal. Ou seja, estamos perante o aparecimento de grupos plurais, com lealdades e afiliações múltiplas que não se reduzem a uma única identidade religiosa (Sen, 2007, p. 49), sendo que na sociedade portuguesa, esse pluralismo ocorreu por duas vias: o aumento da diversidade cultural por via dos movimentos migratórios e a deriva de faixas da população católica, em direção a outros modos de expressão religiosa.

Estas são também algumas das conclusões retiradas do “Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses”, realizado em 1998, em parceria

<sup>3</sup> Conferência Episcopal Portuguesa realizou nos anos de 1977, 1991 e 2001 um inquérito presencial a todas as paróquias portuguesas, tendo concluído a diminuição não só da população católica praticante como também da população comungante.

com o International Social Survey Programme, no qual se reconhece que

os parâmetros definidores das crenças e filiações religiosas estão em mudança, traduzindo, provavelmente, uma crescente individualização e subjetivação do sentimento religioso, embora variável de acordo com os diferentes contextos e tradições. Por um lado, as tensões entre religião e modernidade nem sempre se dão no sentido mais esperado, que seria do esbatimento das manifestações de cunho religioso, lato sensu. A modernidade compreende também um crescente dinamismo do campo religioso. (Pais, Cabral, & Vala, 2001, pp. 11-12)

A sociedade portuguesa entrou num diálogo civilizacional que considera a multiculturalidade e interculturalidade num jogo relacional onde também se digladiam questões políticas e estratégicas. Armino dos Santos (2013) conclui que a nova composição multicultural da sociedade portuguesa tornou por si só inadequadas as antigas representações sobre a identidade nacional, muito embora esta nova realidade deva demorar algum tempo a ser enraizada pela população portuguesa, na forma de imaginar a sua nacionalidade.

Qual a evolução e a distribuição dos grupos religiosos minoritários é uma das questões fundamentais que estrutura o segundo ponto do presente texto.

## 2. A demografia e a geografia dos grupos religiosos minoritários em Portugal

### 2.1. Metodologia

Para o estudo geográfico das identidades religiosas em Portugal, onde se inclui a evolução da população católica e dos grupos religiosos minoritários, foram analisados os dados definitivos dos recenseamentos da população portuguesa de 1981 a 2011, uma vez que o INE incorpora nos censos uma pergunta sobre a religião. A partir destes dados foram feitos quadros síntese, bem como mapas ao nível dos concelhos. Este foi um dos primeiros objetivos deste trabalho que se resume em contribuir para uma leitura geográfica nacional de um conjunto de indicadores já trabalhados por outras áreas científicas como a sociologia ou a antropologia, mas não no âmbito da geografia.

Foram também considerados alguns valores disponibilizado pelo Anuário Estatístico da Igreja, da responsabilidade do Vaticano, bem como de estudos de referência internacional no âmbito da religião

como o Centro de Estudos Norte Americano - Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life.

Em termos nacionais, foram considerados trabalhos teóricos e estatísticos da responsabilidade a Universidade Católica Portuguesa e da Conferência Episcopal Portuguesa, com destaque para o relatório de 2011 sobre as Identidades Religiosas em Portugal.

No que diz respeito aos grupos religiosos minoritários, não existe informação sistematizada e uniforme. Assim, a informação que recolhemos, como foi o caso da contagem do número de lugares de culto de alguns dos grupos religiosos minoritários, foi feita a partir do site de cada grupo, correndo sempre algum risco de sub-representação.

### 2.2. Resultados da pesquisa

À semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa (Anuário Estatístico da Igreja, 2016), constata-se uma ligeira diminuição em termos absolutos da população católica, entre 2001 e 2011, compensada, por um lado, pelo aumento do número de ateus, que se desvinculam das questões religiosas e espirituais, e, por outro, pelo aumento dos fiéis de outros grupos religiosos, cristãos<sup>4</sup> ou não cristãos (Quadro 1).

Os grupos religiosos minoritários representavam em 1981 apenas 1.5% da população portuguesa mas no último período censitário duplicam em termos absolutos e percentuais (3.9%) (Quadro 1). Entre 2001 e 2011 o número de crentes de outros grupos cristãos e não cristãos passa de cerca de 216 mil para 347 mil fiéis, traduzindo-se num aumento de 60.9% (Quadro 3). Significa que, de forma progressiva, o universo religioso português se tornou mais diversificado e, conforme aferimos a partir do quadro III, o pluralismo religioso estendeu-se a todas as regiões portuguesas.

Em 2011, 3.9% da população portuguesa pertencia a grupos religiosos minoritários (Quadro 1), sendo importante assinalar a elevada percentagem nas regiões do Algarve e de Lisboa, onde a pluralidade de culturas e de etnias é um fator determinante para

<sup>4</sup> Na análise da questão da religião o INE optou por dividir os grupos religiosos cristãos, não cristãos e sem religião. Os grupos religiosos cristãos foram divididos entre população católica, população ortodoxa, população protestante e a outra população cristã. Nesta classificação, o INE não especificou, de forma concreta, que movimentos religiosos foram incluídos na população protestante e na "outra população cristã". Nestas circunstâncias foi considerado que a população protestante inclui os batistas, anglicanos e os metodistas, entre outros. No grupo dos "outros cristãos" estão incluídos os Testemunhas de Jeová, os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons), a Igreja da Unificação (Moons), a Igreja de Cristo Cientista, e, ainda, os grupos pentecostais como a Congregação Cristã em Portugal e a Igreja Evangélica Maranata e os grupos neopentecostais como a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Quadro 1

População Católica, Outras Religiões, Sem Religião e que Não Respondeu à Questão da Religião, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011<sup>5</sup>

Ano	Total		Católica		Outras religiões		Sem-religião		Não respondeu	
	n		n	%	n	%	n	%	n	%
1981	7 836 504		6 352 705	81.1	115 398	1.5	253 766	3.2	1 114 615	14.2
1991	8 380 947		6 527 595	77.9	144 008	1.7	225 582	2.7	1 477 762	17.6
2001	8 699 515		7 353 548	84.5	216 158	2.5	342 987	3.9	786 822	9.0
2011	8 989 849		7 281 887	81.0	347 756	3.9	615 332	6.8	744 874	8.3

Fonte: INE.

Quadro 2

Porcentagem da População das Religiões Minoritárias Cristãs e Não Cristãs, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011

Ano	Outras religiões		Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã
	n	%	%	%	%	%	%	%
1981	115 398	100.0	2.2	33.9	52.0	4.8	3.8	3.4
1991	149 850	100.0	7.6	24.6	53.0	2.3	6.1	6.3
2001	216 158	100.0	8.1	22.3	56.8	0.8	5.6	6.4
2011	347 756	100.0	16.3	21.7	47.0	0.9	5.9	8.2

Fonte: INE.

Quadro 3

Percentagens e Variação dos Outros Grupos Religiosos, Regiões Portuguesas, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	Outros grupos religiosos				Variação População outros grupos religiosos		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	1.5	1.8	2.5	3.9	21.2	50.5	60.9
Continente	1.5	1.9	2.5	4.0	21.8	50.3	60.7
Norte	1.1	1.3	1.6	2.2	19.7	37.9	39.2
Centro	0.9	1.3	1.8	2.9	31.4	55.0	60.9
Lisboa	2.7	3.2	4.3	6.5	18.8	48.9	58.7
Alentejo	1.3	1.5	2.0	3.6	5.0	38.6	77.0
Algarve	1.4	2.4	4.6	9.2	75.8	129.4	127.4
RA Açores	0.8	0.9	1.2	1.8	9.2	45.8	59.4
RA Madeira	0.9	0.8	1.4	2.2	-6.6	78.3	77.4

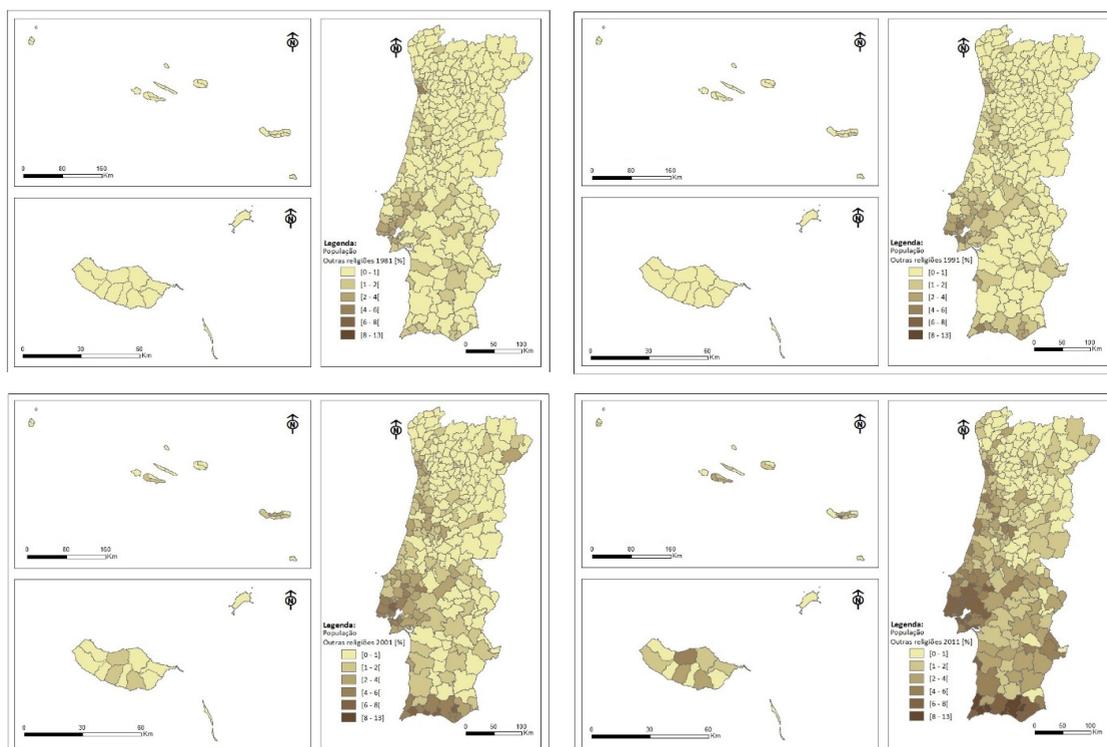
Fonte: INE.

a diversidade religiosa da população residente (Quadro 3). Em Lisboa, 6.5% da população residente pertence a outros grupos religiosos e, no Algarve, as religiões minoritárias ascendem a 9.2% do total da população algarvia. No conjunto, estas duas regiões distanciam-se do restante contexto nacional, em particular das regiões autónomas, que, em 1981 e 1991, não chegavam a atingir 1% de população

integrada em grupos minoritários. Em 2011, os Açores, com uma percentagem de 1.8%, é a região portuguesa que apresenta a menor diversidade de identidades religiosas, ficando muito aquém da média nacional. A Madeira, por sua vez, aproximou-se, de forma progressiva das restantes regiões do continente (Quadro 3).

A leitura da Figura 1 permite concluir que, desde de 1981 a 2011, os grupos religiosos minoritários aumentam em todas as regiões do país, apesar de ser mais significativa a sua presença nas regiões

<sup>5</sup> O total da população corresponde ao total da população que respondeu à pergunta da religião e não ao total de população portuguesa.



**Figura 1**  
 Percentagem de população de outras religiões cristãs e não cristãs, por concelho, 1981, 1991, 2001, 2011.  
 Fonte: INE.

de Lisboa, do Algarve e do Alentejo e de continuar a persistir uma percentagem menos significativa nas regiões onde o catolicismo é mais enraizado (Norte e Centro).

No ano de 2011, os concelhos da região do Algarve como Lagos, Albufeira, Portimão, São Brás de Alportel, Loulé, Aljezur, Silves, Olhão e Faro, apresentaram as maiores percentagens de população de crenças noutros grupos religiosos. Todos estes concelhos exibiam percentagens entre os 8% e os 12%. Com valores também significativos, destacam-se os concelhos da região de Lisboa, como Odivelas, Loures, Sintra, Amadora, Montijo, Seixal e Almada. Os concelhos de Benavente, Sines e Azambuja, da região Alentejo, encontram-se próximos da realidade descrita para os municípios algarvios e da Área Metropolitana de Lisboa, evidenciando alguma da influência que estes territórios possam exercer na realidade social e cultural alentejana.

Numa situação oposta, encontram-se grande parte dos concelhos da região Norte, como Paredes de Coura, Celorico de Basto, Penedono, Vieira do Minho, Baião, Mesão Frio e Resende, mas também alguns dos Açores, como Vila Franca do Campo, Nordeste e Calheta, com percentagens de população pertencente aos grupos religiosos minoritários que

não ultrapassam os 0.4%. Nestas áreas geográficas, a diversidade religiosa ainda não tem um peso relevante na identidade cultural da população residente.

Em termos evolutivos, o Algarve registou, entre 2001 e 2011, um aumento na ordem dos 127.4%, sendo que, no período anterior (1991 a 2001), o acréscimo foi muito elevado, cerca de 129.4%, valores muito superiores à média nacional (Quadro 3).

Também importa destacar o Alentejo pois, embora em termos absolutos seja uma realidade diferente, esta região tem evidenciado, em termos percentuais, um acréscimo muito significativo e, em especial, na última década censitária. Isto significa que, entre 1981 e 1991, foi a região com o menor aumento dos grupos religiosos minoritários, situação que se inverte na década seguinte. Com um acréscimo superior a 77%, entre 2001 e 2011, o Alentejo foi a segunda região do continente com o maior incremento das minorias religiosas, que representam, agora, cerca de 3.6% do total da população residente neste território (Quadro 3).

Destacamos ainda a região Norte do país que, sendo o berço histórico do catolicismo professante, registou um acréscimo pouco expressivo de população crente de outros grupos religiosos. Com uma variação

de apenas 39.2% entre 2001 e 2011, apresentava um menor peso dos grupos religiosos minoritários (Quadro 3).

Ao nível concelhio verificamos que, entre 2001 e 2011, apenas um conjunto restrito de concelhos registou uma diminuição de população inserida nestes grupos, contrariando a tendência nacional (Figura 2). Deste grupo fazem parte alguns concelhos marcados pela interioridade (isolamento), em particular da região Norte do país, como Mogadouro, Alijó e Resende, ou ainda da região Centro, como Vila Nova de Paiva, Oleiros, Manteigas, Almeida e Meda (Figura 2).

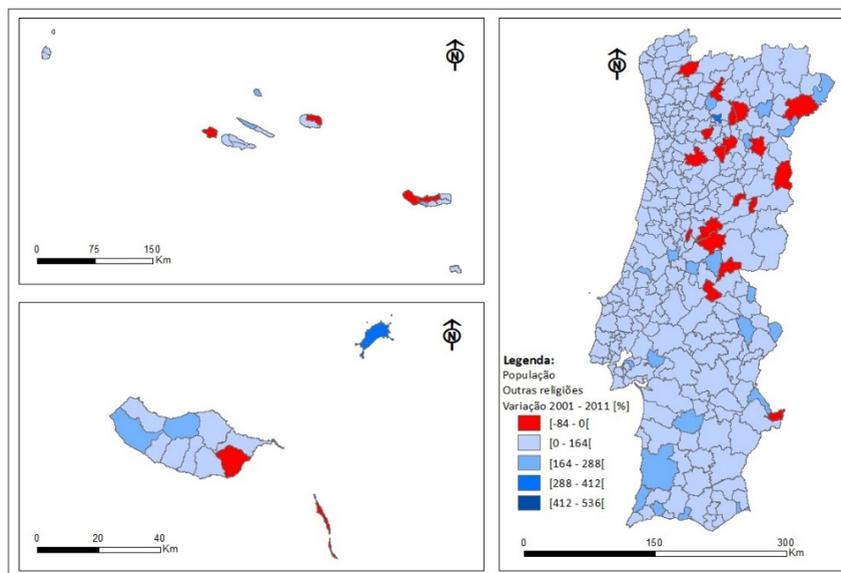
Os concelhos que, de forma oposta, apresentaram um maior aumento da diversidade religiosa foram os da região da Madeira, como Ribeira Brava, Calheta, Porto Santo e Porto Moniz, mas também um conjunto de concelhos das regiões do continente Norte, Centro e Alentejo, como Santa Marta de Penaguião, Monforte, Mondim de Basto, Penedono, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Alvaiázere, Batalha, Proença-a-Nova, Marvão, Ferreira do Alentejo e Mourão, com variações que ascendem aos 200% (Figura 2).

A emergência de outros grupos religiosos reflete a partilha e a comunhão de diferentes identidades que, no caso do nosso país, é também o resultado do aumento da população com nacionalidade estran-

geira a residir em Portugal. Apesar da mudança de país de residência, a população estrangeira continua a manter a sua identidade e a prática religiosa, não fragilizando os laços de pertença à sua religião enquanto instituição que organiza e estrutura uma determinada comunidade de pertença.

Confirmando a tendência mundial (Pew Research Center, 2012a), a religião católica ocupa em Portugal um lugar cimeiro nas crenças da população estrangeira. Nos censos de 2011, do total de população emigrante, em particular os estrangeiros oriundos de Cabo Verde, França, Espanha, São Tomé e Príncipe, Brasil e Guiné-Bissau, a maior percentagem de população é cristã, onde se inclui a população católica. Daqui se depreende que a diversidade religiosa no contexto nacional está também suportada pela diversidade de vivências do catolicismo, com diferentes referências comunitárias e, certamente, com diferentes práticas e experiências de fé.

Para além da diversificação interna de um catolicismo mais plural e heterogéneo, a população estrangeira contribuiu, nas últimas décadas, para o acréscimo da população que professa outras religiões, como a ortodoxa e a protestante. Veja-se o caso particular da religião ortodoxa, com cerca de 56.550 mil seguidores no nosso país (INE<sup>6</sup>). Destes, 72% são estrangeiros provenientes da Ucrânia, da Roménia e da República da Moldávia, confirmando, desde modo,



**Figura 2**  
Variação da população de outras religiões cristãs e não cristãs, por concelho, 2001-2011.  
Fonte: INE.

<sup>6</sup> A População Estrangeira em Portugal 2011, Destaque à Comunicação Social, Edição de 17 de dezembro de 2012, INE, Lisboa.

o peso que a população estrangeira tem na mudança de perfil da população religiosa no nosso país (INE).

De facto, do conjunto das nacionalidades, destacamos a população estrangeira oriunda dos países de Leste - Ucrânia, Roménia e Moldávia - que representam quase 20% do total da população estrangeira residente no país, com aumentos superiores a 200%. Aliás, entre 2001 e 2011, a população que mais cresceu em Portugal foi a romena, registando um crescimento superior a 815% (INE, 2012).

Considera-se também que o aumento do número absoluto e relativo da população crente noutros grupos cristãos, como a Igreja Universal do Reino de Deus ou a Igreja Maná, está relacionado com o aumento do fluxo de população estrangeira oriunda do Brasil ou dos PALOP, de onde estes grupos religiosos são originários. Em 2011, o ranking das 12 principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal era ocupado, na posição cimeira, pela população brasileira, que representava 27.8% do total da população estrangeira (109 787 indivíduos). Nos últimos 10 anos, a população brasileira aumentou 244.5%, sendo uma das nacionalidades que mais se territorializou no nosso país (INE, 2012).

Sobre os grupos não cristãos, destacamos o peso da população emigrante natural da Guiné-Bissau no total da população muçulmana, uma vez que, dos 20 640 crentes islâmicos, 4 022 têm a nacionalidade guineense (INE, 2012).

No último recenseamento geral da população, mais de metade da população estrangeira residia na

região de Lisboa, mostrando a atração e o dinamismo que a capital representa no contexto nacional. No entanto, se ponderarmos o peso dos estrangeiros no total da população residente, verificamos que é na região do Algarve que esta população estrangeira mais se evidencia, uma vez que, em 2011, cerca de 11.5% dos seus residentes eram estrangeiros. Esta proporção é manifesta no concelho de Aljezur, por exemplo, onde 21.6% da população residente é estrangeira (Figura 3). Os concelhos algarvios de Albufeira, Lagos, Vila do Bispo, Loulé, Portimão, Silves, Lagoa, São Brás de Alportel e Tavira, são ainda alguns dos municípios do Algarve que apresentam, a nível nacional, as percentagens mais elevadas. Deste grupo fazem também parte alguns concelhos da região de Lisboa, como Amadora, Sintra e Cascais (Figura 3).

Em suma, as regiões de Lisboa e do Algarve são as áreas do país que concentram as maiores percentagens de população residente estrangeira, seguindo a tendência nacional de concentração populacional em torno destas duas regiões, mais jovens, culturalmente plurais e abertas à mudança, para além de economicamente atrativas (Figura 3). Aliás, esta atratividade, em particular da região de Lisboa, é comprovada pelos valores elevados, e acima da média nacional, relativos ao índice de poder de compra per capita. No ano de 1993, a região de Lisboa chega a atingir os 162.68%, mantendo a sua posição cimeira no ano de 2011 com 130.97%. Neste último ano, destacam-se os concelhos de Lisboa com um índice de 216.9% e de Oeiras com 193.7%. A região do Algarve

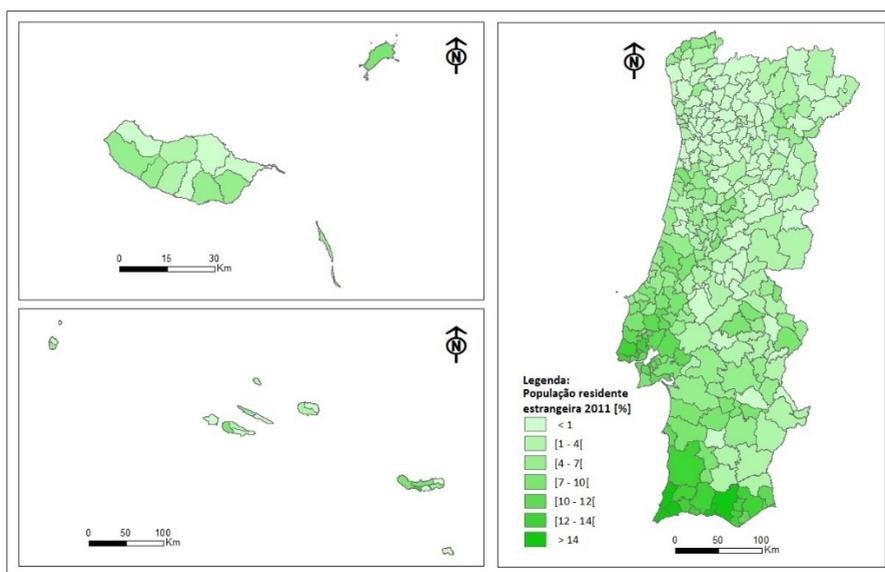


Figura 3  
Percentagem de população estrangeira, por concelho, 2011.  
Fonte: INE.

Quadro 4

Percentagem de População Crente de Outros Grupos Religiosos Cristãos e Não Cristãos, por Região, 2011

Zona Geográfica	Outras religiões		Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã
	n	%						
Portugal	347 756	100.0	16.3	21.7	47.0	0.0	5.9	8.2
Continente	339 231	100.0	16.4	21.7	46.8	0.0	6.0	8.2
Norte	68 802	100.0	9.2	16.1	61.8	0.0	3.3	8.6
Centro	57 762	100.0	18.4	23.9	47.5	0.0	2.8	6.4
Lisboa	154 119	100.0	14.4	22.5	43.8	0.0	9.2	9.4
Alentejo	23 342	100.0	22.5	24.8	42.7	0.0	2.4	7.0
Algarve	35 206	100.0	31.9	24.0	32.3	0.0	4.9	6.0
RA Açores	3 604	100.0	6.2	22.8	54.4	0.0	3.8	9.2
RA Madeira	4 921	100.0	13.4	20.7	53.1	0.0	3.4	8.5

Fonte: INE.

confirma também o seu dinamismo económico ao apresentar em 2011 o segundo índice de poder de compra per capita mais significativo com 96.74%, com destaque para o concelho de Faro, que ocupa, ao nível dos municípios, a quarta posição a nível nacional.

Estas são também as regiões e os concelhos que apresentam um universo religioso mais diversificado, refletindo as diferentes nacionalidades e identidades religiosas da população estrangeira, que transporta as suas crenças e as vivências dos países de origem.

No relatório de 2011, respeitante às "Identidades Religiosas em Portugal" e realizado pela Universidade Católica Portuguesa, esta avaliação por regiões é semelhante. Nele se conclui que a região de Lisboa "apresenta uma mais aprofundada diversidade quanto à pertença ou não-pertença religiosa" (Teixeira, 2012a, p. 4). Este estudo acrescenta outra variável geográfica ao concluir que "a identidade católica é a única em que há uma predominância da tipologia «rural»" e que "a população pertencente a outras denominações religiosas é sobretudo urbana e semiurbana" (Teixeira, 2012a, p. 5). Igual predominância ocorre na população não-crente ou crente sem religião (Teixeira, 2012a, p. 5).

Daqui se conclui que a distribuição diferenciada, no território nacional, das identidades religiosas, está relacionada com a variável "região" e com um conjunto de indicadores que traduzem a urbanidade e o respetivo desenvolvimento social, cultural e económico, onde incluímos, de forma expressiva, a proporção da população estrangeira na estrutura da população residente, mas também, entre outros fatores, as alterações substanciais dos laços familiares e da dimensão das famílias, a formação e o papel

na estrutura profissional da mulher, a escolarização e o acesso e a utilização aos meios de comunicação e informação.

### 2.3. Os grupos religiosos minoritários por afiliação religiosa. O contributo da população estrangeira para o alargamento da diversidade religiosa

Conforme aferimos, no ano de 2011, a composição das minorias religiosas em Portugal é marcada pela maior influência dos outros ramos do cristianismo - ortodoxos, protestantes e outros grupos cristãos (Quadro 4)<sup>7</sup> que representam, em conjunto, 85% do total das outras religiões.

Representando cerca de 21% da população incluída nos grupos religiosos, que não o católico, o grupo dos protestantes é identificado, entre outros, pelos batistas ou anglicanos. Depois de um decréscimo na ordem dos 15% entre os anos 80 e os anos 90, o grupo dos protestantes registou no último intervalo censitário um crescimento de 75.6% (Quadro 5), sendo mais representativo nas regiões do Alentejo e Algarve (Quadro 4).

Os ortodoxos representavam, em 2011, e no total das outras religiões, mais de 16.3%, tendo sido o grupo religioso que, na última década, registou o maior aumento de fiéis, na ordem dos 257.7% (Quadros 4 e 5). Conforme afirmámos atrás, este aumento é consequência do aumento da população estrangeira residente no nosso país, neste caso particular na

<sup>7</sup> De referir que, uma vez que a classificação do INE não especifica as igrejas ou os movimentos que estão incluídos no grupo dos "protestantes" e no grupo dos "outros cristãos", optámos por incluir nestas determinações os grupos que indicámos. Esta classificação adotada tem em conta a Lista de Grupos Religiosos em Portugal apresentada por Carlos Moreira Azevedo na obra História Religiosa de Portugal, vol. III: Religião e Secularização (Azevedo et al., 2002, p. 494).

**Quadro 5**  
*Varição dos Outros Grupos Religiosos, Portugal, 2001-2011*

Outras Religiões	Variação das Outras Religiões		
	1981-1991	1991-2001	2001-2011
%			
Ortodoxa	322.8	60.9	257.7
Protestante	-15.8	36.1	75.6
Outra Cristã	26.8	61.3	49.2
Judaica	-38.7	-47.8	87.6
Muçulmana	100.3	38.4	90.7
Outra Não Cristã	133.9	52.3	126.5

Fonte: INE.

região do Algarve, com origem, sobretudo, da Ucrânia, da Roménia e da República da Moldávia.

Acresce, ainda, que a diversidade das identidades religiosas no nosso país tem sido consolidada a partir das outras religiões cristãs que, em 2011, representavam no contexto das outras religiões, 47.0% da população (Quadro 4). Incluímos no grupo dos “outros cristãos” os Testemunhas de Jeová, os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons), a Igreja da Unificação (Moons), a Igreja de Cristo Cientista, assim como os grupos pentecostais como a Congregação Cristã em Portugal e a Igreja Evangélica Maranata e os grupos neopentecostais como a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Alguns destes movimentos, como os Adventistas do Sétimo Dia e os Testemunhas de Jeová, já estavam enraizados no nosso país desde o século XIX ou mesmo antes, sendo que mais tarde beneficiaram de um processo de legalização e de liberalização em termos políticos e jurídicos e, de forma, consequente, da mudança de mentalidades e da abertura da sociedade portuguesa, tornando estes grupos mais visíveis perante a opinião pública e científica (Azevedo et al., 2002). A sociedade tornou-se permeável à entrada

e à fixação de novas religiões, culminando com a multiplicação de movimentos religiosos, incluindo o acréscimo do número de fiéis e dos lugares de culto, em particular das igrejas neopentecostais de raiz protestante, como a IURD ou a Igreja Maná. Veja-se o caso da IURD, que principia por se localizar num lugar estratégico da cidade de Lisboa, em dezembro de 1989, e que, em 2014, possui já 103 igrejas de culto disseminadas por todo o país. Na Área Metropolitana de Lisboa, por exemplo, são oito as igrejas localizadas nas freguesias mais centrais da cidade como em Benfica, em Alvalade ou na Ajuda.

Ao analisar os lugares de culto por área geográfica, constatamos o aumento significativo do número de espaços religiosos, mas também a sua dispersão por todas as áreas geográficas do país. Teresa Líbano Monteiro (2012, p. 118) utiliza um conjunto de fontes documentais e elabora uma síntese do número de locais de culto por confissão religiosa, referente a 2010 (Quadro 6).

Em 2014, com um aumento superior a 300%, destacamos o predomínio destes grupos em Lisboa, seguida das regiões do Norte e do Centro de Portugal, sendo menos expressivos nos Açores e da Madeira (Quadro 7). Em Lisboa, por exemplo, apurámos existirem 51 lugares de culto da IURD, 37 da Igreja Maná, 22 da Igreja Mórmon e 156 das Testemunhas de Jeová (Quadro 7). Isto pressupõe que as religiões minoritárias começaram a desenvolver uma estratégia de controlo e de apropriação do espaço geográfico, que se terá iniciado, numa escala mais micro, nos centros urbanos mais populosos e economicamente mais dinâmicos, em particular, nas áreas mais discretas, sem grande exposição no espaço público e ocupando até lugares devolutos. Em quatro anos, numa análise que merece atualização, aprofundamento e trabalho empírico, estes grupos religiosos, tornam-se importantes atores imobiliários, ao instalarem-se em espaços centrais e comerciais das grandes

**Quadro 6**  
*Número de Locais de Culto, por Região, 2010*

Confissões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
	n							
Testemunha de Jeová	19	14	31	4	10	3	3	84
Igreja de Maná	5	13	20	7	3		1	49
IURD			8					8
Igreja Mórmon	15	11	22	2	5	5	4	64
Total	39	38	81	13	18	8	8	205

Fonte: Adaptado de “Dinâmica social e religião” (pp. 69-129), de T. L. Monteiro, 2012. In “Identidades em Portugal. Ensaio Interdisciplinar”, A. Teixeira, Lisboa: Paulinas Editora.

Quadro 7

Número de Locais de Culto, por Região, 2014 (fevereiro)

Confissões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
Testemunha de Jeová	146	131	156	59	29	15	17	553
Igreja de Maná	11	23	37	17	12		3	103
IURD	20	23	51	7	8	2	5	116
Igreja Mórmon	12	10	22	4	6	4	3	61
<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>187</b>	<b>266</b>	<b>87</b>	<b>55</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>833</b>

Fonte: Elaboração própria<sup>8</sup>.

idades, mas também em concelhos limítrofes ou do interior do país.

Embora com uma proporção diferente, a identidade religiosa dos portugueses é também marcada pelos grupos religiosos não cristãos, como muçulmanos e judeus. O aumento progressivo da comunidade muçulmana no nosso país pode estar associado, nos primeiros anos, ao processo de descolonização, uma vez que implicou a vinda de muitos muçulmanos para Portugal, sobretudo oriundos da Guiné-Bissau e de Moçambique. Este aumento corresponde à tendência mundial de aumento da população muçulmana em particular no continente europeu (Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, 2012b).

Sobressai ainda a categoria dos "outros não-cristãos" que representam, entre distintos grupos, os seguidores do hinduísmo e do budismo. Este grupo, apesar de representar apenas 8% no total das outras religiões, foi um dos que mais aumentou em número de seguidores, mostrando a diversidade e a influência dos movimentos emergentes espirituais (Quadro 5).

Estas alterações estruturais na geografia da identidade religiosa dos portugueses são confirmadas no relatório "Identidades Religiosas em Portugal: Representações, valores e práticas - 2011", realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Cultural, da Universidade Católica Portuguesa e com o patrocínio da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP).

Neste relatório refere-se que, em 2011, 79.5% da população inquirida é católica, mas com tendência a diminuir, uma vez que, no ano de 1999, a percentagem era de 86.9% (Quadro 8). A mudança da identidade religiosa reflete-se no incremento da percentagem relativa de crentes de outras religiões,

em particular dos protestantes, onde se incluem os evangélicos.

Em termos comparativos, e considerando apenas a população crente com religião, os protestantes crescem 1.5 pontos percentuais e passam de 0.3% em 1999 para 2.8% em 2011. Os Testemunhas de Jeová, os outros cristãos e os fiéis de outras religiões não cristãs crescem também neste intervalo de onze anos (Quadro 9).

O estudo reflete ainda um crescimento da população sem religião, passando de 8.2% em 1999 e 14.2% em 2011 (Quadro 8). A população sem religião inclui as categorias de indiferente, agnóstico, ateu e crente sem religião. Segundo esta fonte, a população sem religião reúne identidades crentes de carácter mais difuso, mas também uma periferia, antes

Quadro 8

Categorias de Posição Religiosa, 1999 e 2011

Categorias de posição religiosa	1999	2011
	%	
Católico	86.9	79.5
Outra religião	2.7	5.7
Sem religião	8.2	14.2
NS/NR	2.2	0.6
<b>Total</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: UCP/CEP.

Quadro 9

Percentagem de Crentes com Religião, 1999 e 2011

Crentes com religião	1999	2011
	%	
Católico	97.0	93.3
Protestantes/Evangélicos	0.3	2.8
Testemunhas de Jeová	1.0	1.5
Outras Cristãs	1.5	1.6
<b>Pertencentes a religiões não cristãs</b>	<b>0.2</b>	<b>0.8</b>

Fonte: UCP/CEP.

<sup>8</sup> Este levantamento foi feito com base na consulta dos sites de internet de cada grupo religioso em causa. A pesquisa foi elaborada em fevereiro de 2014. De referir que uma vez que não temos conhecimento da metodologia de cálculo adotada pela autora Teresa Líbano Monteiro, esta leitura poderá estar enviesada.

católica, cujos laços de pertença eram muito ténues. As razões que justificam este distanciamento em relação à religião centram-se na autonomia, na convicção ou no desinteresse da sociedade portuguesa pelas questões religiosas ou espirituais.

### 3. A população sem religião

O aumento da população que não professam qualquer religião, ou dos chamados ateus e agnósticos, é concordante com o atual panorama religioso europeu e até mundial, que mostra que é cada vez mais difícil a ligação das pessoas a grupos religiosos organizados, sendo que os grupos e as igrejas tendem a funcionar mais como uma referência cultural do que como uma experiência de comunhão religiosa vivida (Santos, 2000, p. 56). Ou seja, os portugueses passam a usufruir de um tipo de religião “à la carte” em substituição do “menu” oferecido pelas igrejas oficiais, com destaque para a Igreja Católica onde tudo parece estruturado numa hierarquia já muito enraizada no quotidiano dos portugueses (Jagodzinski & Dobbelaere, 1995, p. 81, 115, cit. em Vilaça, 1997, p. 43).

Porventura esta situação conduz ao que Stuart Hall (2005) e Amartya Sen (2007) identificam como identidades compósitas, sendo importante mostrar que a identidade religiosa não é única mas antes inevitavelmente plural ou composta por diferentes referências, que não se sobrepõem mas que se completam e densificam.

De facto, também segundo o INE, entre 2001 e 2011, a população sem religião aumenta de forma expressiva, passando de 342 mil para mais de 615

mil portugueses. Ou seja, no último período censitário, a população sem religião cresce 79.4%, com particular destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com variações na ordem dos 253.2% e 186.0%, respetivamente. No continente, as regiões que evidenciaram semelhante comportamento são o Norte, o Centro e o Algarve, com variações também superiores a 100% (Quadro 10).

No entanto, em termos percentuais, importa referir que o Algarve e Lisboa são as regiões portuguesas com uma maior proporção de ateus ou agnósticos. Em Lisboa, por exemplo, 12.5% da população residente não tem religião, um valor muito acima do valor de referência nacional (6.8%). Com percentagens superiores a 12% encontram-se os concelhos do Barreiro, de Almada, da Moita, de Palmela, de Lisboa, de Setúbal, de Oeiras, do Montijo e do Seixal. Destacam-se também os concelhos da região do Alentejo, como Grândola, Sines, Aljustrel, Castro Verde, Alpiarça e Vila do Bispo, com percentagens que ascendem aos 16%, comprovando a particularidade do contexto e das tradições inerentes à identidade religiosa da população alentejana (Figura 4).

### 4. Conclusões: está em curso a reconstrução das identidades religiosas em Portugal

No seguimento da análise geográfica da evolução e da distribuição da população inserida nos grupos religiosos minoritários, da população sem religião, constata-se existirem discrepâncias regionais em todo o território nacional. Na maioria das situações, estas disparidades estão alicerçadas nas

Quadro 10  
Percentagens e Variação da População Sem Religião, por Região, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião				Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	3.2	2.7	3.9	6.8	-11.1	52.0	79.4
Continente	3.4	2.8	4.1	7.1	-11.25	51.7	78.1
Norte	0.9	0.9	1.6	3.6	9.7	92.0	124.6
Centro	1.2	1.0	2.1	4.5	-38.9	198.8	114.4
Lisboa	7.4	5.1	8.2	12.5	-1.2	26.3	60.9
Alentejo	7.2	5.7	6.4	9.5	-45.1	57.9	46.5
Algarve	2.9	3.5	5.9	10.9	30.0	93.6	111.8
RA Açores	0.4	0.4	0.9	2.4	21.6	103.0	186.0
RA Madeira	0.4	0.4	0.8	2.5	2.4	93.9	253.2

Fonte: INE.

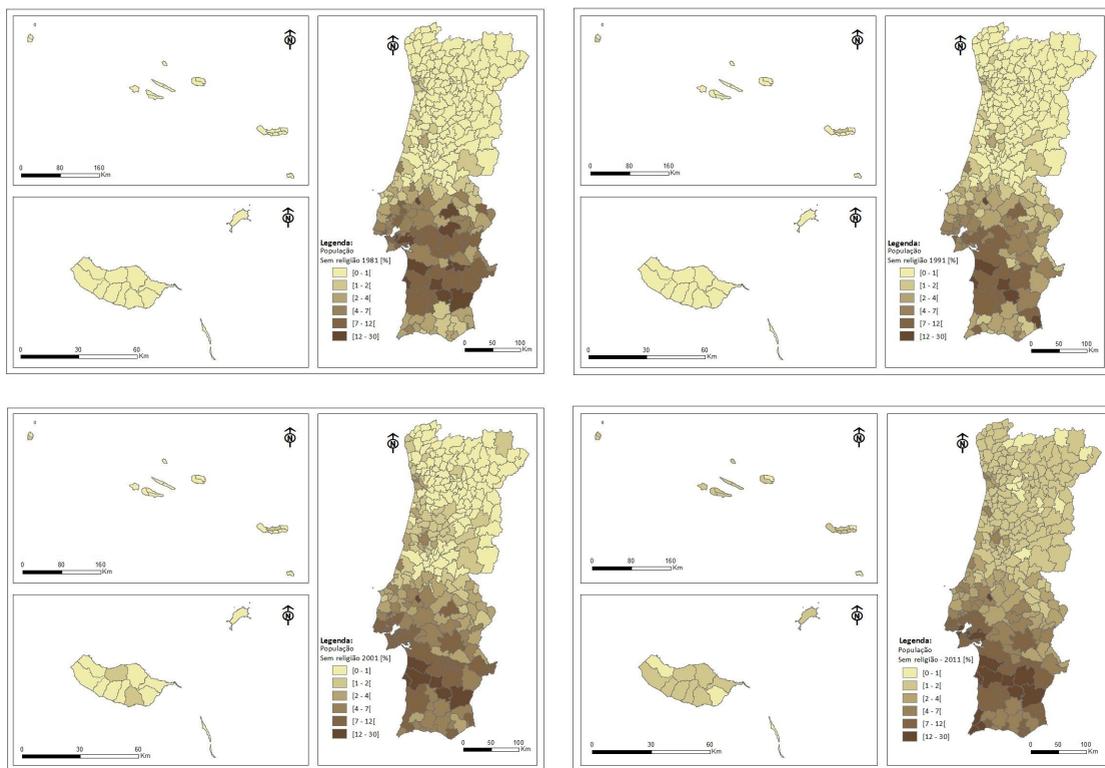


Figura 4  
 Percentagem de população sem religião, por concelho, 1981, 1991, 2001, 2011.  
 Fonte: INE.

dicotomias territoriais do nosso país, entre rural e urbano e entre litoral e interior, para além de outras fraturas naturalmente instituídas como a nacionalidade, etnia ou a condição social, entre outras. Ou seja, para além do que se conhece de forma imediata, existe no campo das identidades religiosas, uma complexa geometria variável que deve ser vista e lida em diferentes escalas geográficas.

Ainda que não se comungue da ideia de qualquer determinismo relacional direto, verificamos que os concelhos urbanos são os que apresentam uma maior percentagem de população inserida noutras religiões ou sem religião. Isto porque a sua distribuição reflete uma maior concentração nos polos de desenvolvimento e de dinamismo económico e cultural. São concelhos com maior percentagem de população estrangeira, onde se registam as maiores mobilidades de população residente, ou seja, uma maior dinâmica populacional, com a presença de uma população mais cosmopolita e com territorialidades mais amplas, associadas a redes mais externas e flexíveis. São também áreas mais secularizadas e, por isso mesmo, mais permeáveis e recetivas à diferença.

No entanto, a questão da população sem religião está, no caso português, associada a um legado histórico-político que condicionou a fidelização à Igreja Católica e até, de forma empírica, a uma atitude contra qualquer tipo de fidelização religiosa. Isto acontece no caso particular da população alentejana localizada em concelhos com uma maior proporção de ateus ou agnósticos. Na verdade o Alentejo foi, no nosso país e por razões muito particulares, o pioneiro na desintermediação religiosa que começou por motivos políticos, onde se contrariou a força da Igreja Católica, ou do próprio padre, que servia os poderes instalados, os latifundiários, a ditadura do século XX.

Em síntese, para compreendermos a reconfiguração do campo religioso português é necessário considerar e contextualizar as diferentes dinâmicas sociais que ocorreram no nosso país entre os séculos XX e XXI, sendo necessário que a geografia se associe a outras ciências como a antropologia, a sociologia, a etnografia e a filosofia, entre outras.

A transição do modelo demográfico e as mudanças na estrutura territorial, onde incluímos o

processo de urbanização e de terciarização da sociedade portuguesa, permitiram que Portugal alcançasse os modelos sociais dos países europeus mais desenvolvidos, em particular no campo dos valores, das mentalidades e dos comportamentos. Embora com disparidades espaciais, a melhoria das condições de vida, da prestação dos cuidados de saúde e da assistência social, a alteração do modelo familiar e dos estilos de vida, o envelhecimento da população, o aumento do protagonismo feminino em muitos contextos sociais, em particular os profissionais, académicos e científicos, a diversificação dos fluxos migratórios, incluindo o incremento da população estrangeira a residir no país mas também o recente aumento do número de imigrantes, a difusão dos meios de comunicação e a importância crescente dos media na relação entre as pessoas, em particular do acesso à internet e às redes sociais, são alguns dos motores da mudança social e demográfica no nosso país. Também em termos jurídicos, a reestruturação democrática dos quadros políticos, a assinatura da Concordata e a publicação da Lei da Liberdade Religiosa<sup>9</sup> são algumas das mudanças que possibilitaram a difusão das minorias religiosas em Portugal e a integração dos portugueses num espaço mais vasto de partilha e de aceitação de outras experiências religiosas.

A sociedade portuguesa está consciente de que a religião deixou de ser exclusiva no modo de interpretar a realidade. Abandona uma visão tradicional da religião, com uma multiplicidade de interpretações do campo do sagrado e um enriquecimento do campo espiritual dos portugueses. Numa visão genérica, a sociedade portuguesa já não se circunscreve a uma “estrutura cerrada, legitimada pela tradição, estática nas suas crenças, unificada numa consciência comum” (Pais et al., 2001, p. 14).

No nosso país conjugam-se dois cenários. De um lado, persiste, em determinados quadrantes da

sociedade portuguesa, em particular entre os idosos, as mulheres, os estratos mais pobres e menos instruídos, concentrados na maioria dos meios rurais e nas regiões dos Açores, do Norte e do Centro do país, uma religiosidade católica tradicional muito vinculada (Pais et al., 2001). Do outro lado, há uma sociedade que se situa na vanguarda dos comportamentos e dos valores pós-modernos, a favor da diversidade e do pluralismo religioso, em especial concentrada nos eixos urbano-industriais mais dinâmicos do país.

Ou seja, de um lado encontram-se grande parte dos concelhos da Região Autónoma dos Açores e, no continente, um vasto conjunto de concelhos do interior ou fronteiriços, pertencentes às sub-regiões do Tâmega, do Douro, do Alto Trás-os-Montes, da Beira Interior Norte, da Serra da Estrela, do Pinhal Interior Sul, do Alto Alentejo e, ainda, alguns concelhos do interior da Serra Algarvia, que formam uma mancha geográfica onde persiste a hegemonia da Igreja Católica e a inexistência de um universo religioso diversificado. Do lado oposto, colocamos os concelhos densamente povoados do litoral, em particular os que estão inseridos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ou então os que estão próximos destas zonas geográficas, como os concelhos das sub-regiões do Oeste, do Médio Tejo e do Alentejo Litoral. Também alguns concelhos do Algarve, junto à linha de costa, fazem parte da imagem de um país economicamente dinâmico, polarizador de recursos humanos e de atividades do setor terciário e na vanguarda das identidades religiosas, diversificadas e híbridas.

A mudança no campo da identidade religiosa dos portugueses acontece, de forma paralela, com abertura e aceitação da diferença mas também com a individualização, a autonomia e a emancipação da sociedade portuguesa, abrindo caminho para uma nova forma de pensar a religião e de enquadrar, no contexto nacional, um número alargado de movimentos religiosos cristãos e não cristãos. Os efeitos da desclericalização ou secularização conduziram à não uniformização confessional e à heterogeneidade das práticas e das vivências religiosas e espirituais da população portuguesa e, embora com valores menos expressivos que a população católica, começam a moldar a imagem de um Portugal tradicional.

Não se verifica uma harmonização dos comportamentos e das atitudes e, nesta medida, a questão da religião católica, apesar de continuar a ter peso histórico na sociedade portuguesa, é acompanhada de outras forças que orientam o modo de ser e de estar dos portugueses. Isto significa que, mesmo que a população se assuma como católica, há algum

<sup>9</sup> Consideramos que o aumento das minorias religiosas está relacionado com a Lei da Liberdade Religiosa, publicada em 2001, e a assinatura da nova Concordata assinada entre o Estado Português e a Santa Sé, em 2004. Estes momentos políticos, jurídicos e institucionais representam a separação entre o Estado e as Confissões Religiosas, a definição de um Estado não-confessional, que não adota uma religião oficial e não se pronuncia sobre questões religiosas, não programa a educação ou a cultura segundo diretrizes confessionais. Para os grupos religiosos estabelecidos em Portugal há mais de 30 anos ou para os outros grupos reconhecidos internacionalmente há mais de 60 anos, a Lei da Liberdade Religiosa atribuiu os mesmos benefícios que foram concedidos à Igreja Católica, tais como, entre outros, o reconhecimento do casamento e de outros ritos. Foi também permitido que cada religião negociasse o seu próprio acordo com o Governo. A partir desta lei, foi ainda criada, dentro do Ministério da Justiça, uma comissão consultiva independente para monitorizar a sua implementação, comissão essa que se mantém até aos nossos dias. Ora, havendo um enquadramento jurídico para grande parte dos grupos minoritários, o início do século XXI foi marcado pela crescente diversidade do campo religioso.

desfasamento quanto à prática religiosa e quanto à sua postura relativamente a questões sociais, sexuais ou bioéticas. No ano de 2007, foi realizado em Portugal um segundo referendo relativo à interrupção voluntária da gravidez, tendo sido despenalizada, nesta data, até às 10 semanas de gestação, independentemente dos motivos. Mais tarde, em 2010, entrou em vigor a lei que autoriza o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o que torna Portugal no oitavo país do mundo a realizar em todo o território nacional este tipo de união. Também entre 2013 foi alterada e republicada a lei sobre a coadocção por casais do mesmo sexo, casados ou em união de facto e, uns anos mais tarde, em 2017 foi alterada e republicada a lei relativa à procriação medicamente assistida. Estes são alguns dos momentos que marcam, de forma decisiva, o enfraquecimento do peso da matriz católica na definição dos valores éticos e morais da sociedade portuguesa.

Superou-se, de forma progressiva, a dependência religiosa na Igreja Católica, alterando a visão tradicional de que a identidade portuguesa é apenas composta por um grupo religioso maioritário que, durante muitos anos da história do país, foi o suporte da hegemonia política do Estado Novo e uma forma de integração sociopolítica. Em Portugal, está em curso a reconstrução da identidade religiosa que, no nosso entender, começou com a separação de poderes entre a Igreja e o Estado Português e com a conquista, por parte dos grupos minoritários, de um enquadramento jurídico mais definido e igualitário.

## Bibliografia:

- Azevedo, C. M., (Dir.), Ferreira, A. M. (Coord.), Santos, L. A., Clemente, M. (Coord.), Gonçalves, N. S., & Fontes, P. F. O. (2002). *História Religiosa de Portugal - Vol. III: Religião e Secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida* (trad. Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ferrão, J. (2005). População e Território. In C. A. Medeiros (Dir.), T. Barata Salgueiro, & J. Ferrão (Coord.), *Geografia de Portugal II. Sociedade, Paisagem e Cidades* (pp. 50-71). Mem Martins: Círculo Leitores.
- Franca, M. (2016). *A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso da diocese de Coimbra* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (trad. Raul Fiker). São Paulo: Ed. UNESP.
- Hall, S. (2005). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (trad. Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Martin, J. (2005) Identity. In D. Atkinson, P. Jackson, D. Sibley, & N. Washbourne (Eds.), *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts* (pp. 97-102). London: I.B. Tauris.
- Monteiro, T. L. (2012). Dinâmica social e religião. In A. Teixeira (Org.), *Identidades em Portugal. Ensaio Interdisciplinar* (pp. 69-129). Lisboa: Paulinas Editora.
- Pais, J. M., Cabral, M. V., & Vala, J. (2001). *Religião e Bioética. Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, A. (2013). *Identidades Incertas. Uma Perspetiva Antropológica da Anomia Identitária*. Lisboa: Edições Colibri e C.M. do Alandroal.
- Santos, L. A. (2000). O Protestantismo em Portugal (século XIX e XX): Linhas de força da sua história e historiografia. *Lusitânia Sacra*, 12, 37-64.
- Sen, A. (2007). *Identidade e Violência. A ilusão do destino* (trad. Maria José de la Fuente). Lisboa: Tinta da China.
- Teixeira, A. (2012a). *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas - 2011*. Lisboa: UCP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Cultural.
- Teixeira, A. (2012b). *Identidades Religiosas em Portugal. Ensaio Interdisciplinar*. Lisboa: Paulinas Editora.
- Teixeira, A. (2017). Da Paróquia territorial à comunidade transterritorial. In J. E. Franco & J. C. S. Pereira (Dir.), *Portugal Católico. A beleza da diversidade* (pp. 125-127). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vilaça, H. (1997). Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras*, 7, 31-51.
- Vilaça, H. (1999). Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal. *Lusotopie*, 6, 277-289.
- Vilaça, H. (2006). *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

## Fontes Estatísticas

- Instituto Nacional de Estatística (1981). *Censos 1981: XII Recenseamento Geral da População: II Recenseamento Geral da Habitação*. Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_censos\\_publicacoes&xpid=CENSOS](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_censos_publicacoes&xpid=CENSOS)
- Instituto Nacional de Estatística (1991). *Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População: III Recenseamento*

- Geral da Habitação 1991 - resultados definitivos.* Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_censos\\_publicacoes&xpid=CENSOS](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_censos_publicacoes&xpid=CENSOS)
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação 2001 - resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores.* Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacoes](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes)
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População: V Recenseamento Geral da Habitação 2011, resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores.* Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacoes](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes)
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2009.* Disponível em [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=249380348&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=249380348&att_display=n&att_download=y)
- Instituto Nacional de Estatística (2011, dezembro 17). *A População Estrangeira em Portugal 2011 [Destaque à Comunicação Social].* Disponível em [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=150133806&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y)
- Instituto Nacional de Estatística (2013, julho 2). *Retrato Territorial de Portugal 2011 [Destaque à Comunicação Social].* Disponível em [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=161525750&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=161525750&att_display=n&att_download=y)
- Instituto Nacional de Estatística (2014, junho 30). *Inquérito à Fecundidade 2013 [Destaque à Comunicação Social].* Disponível em [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=218666495&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=218666495&att_display=n&att_download=y)
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life (2012). *Global Religion Landscape, A Report on the Size and Distribution of the World's Major Religious Groups as of 2010.* Disponível em <https://www.bc.edu/content/dam/files/centers/jesinst/pdf/Grim-globalReligion-full.pdf>
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life (2012a). *Report: Faith on the Move - The Religious Affiliation of International Migrants.* Disponível em <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2012/03/Faithonthemove.pdf>
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life (2014b). *Report: Global Religious Diversity: Half of the Most Religiously Diverse Countries are in Asia-Pacific Region.* Disponível em <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2014/04/Religious-Diversity-full-report.pdf>
- Vaticano (2016). *Anuário Estatístico da Igreja.*